

ESCRAVOS DA PRECISÃO: REPRESENTAÇÕES ACERCA DO TRABALHO ESCRAVO EM CODÓ (MA)¹

PRECISION'S SLAVES : REPRESENTATIONS ABOUT SLAVE LABOR IN CODÓ (MA)

Flávia de Almeida Moura²

RESUMO

O trabalho discute as condições de funcionamento da economia familiar, bem como as estratégias de sobrevivência de um grupo de *trabalhadores resgatados* da situação de *trabalho escravo* pela então Delegacia Regional do Trabalho - DRT-MA, em novembro de 2005, na Fazenda Sagrisa, localizada no município de Codó (MA). Neste sentido, os aqui chamados *escravos da precisão* são os trabalhadores rurais que, tendo sido expulsos de suas terras, se submetem a condições precárias de trabalho, mas o fazem dentro de uma lógica e de uma estratégia de complementação de renda. Para auxiliar nesta discussão, procuramos entender a articulação entre o calendário agrícola desses trabalhadores, bem como os períodos de saída para trabalharem nas fazendas de gado na região de Codó.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea. Economia familiar. Estrutura fundiária.

ABSTRACT

The work discuss the conditions of familiar economy's functioning, as well the strategies of survival of a group of *rescued workers* from the situation of *slave work* for the Delegacia Regional do Trabalho – DRT-MA, November of 2005, at the Farm Sagrisa, located at the town of Codó (MA). In this way, those here called *precision's slaves* are the agricultural workers that, once threw out of their own lands, put themselves under a precarious conditions of work, but they do it inside a logic and a strategy of income's complementation. To help this discussion, we look for understand the articulation between the agricultural calendar of those workers, as well the exit's periods to work at the cattle's farm at Codó's area.

Key-words: Contemporary slavery. Familiar economy. Agricultural structure.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal desse esforço de pesquisa é entender as representações de um grupo de trabalhadores rurais que foram encontrados em condições análogas a de escravos e que foram *resgatados*³ pela então DRT (Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão) numa fiscalização em fazendas de gado no município de Codó (MA).

Para a realização desta pesquisa, e principalmente para orientar o trabalho de campo bem como a elaboração das entrevistas e observação, partimos de trabalhos clássicos da sociologia brasileira que, principalmente nas décadas de 80 e 90, se

¹ O artigo é parte de trabalho defendido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela UFMA, em 2006, publicado pela EDUFMA, em 2009, e que a autora dá continuidade aos estudos, atualmente, por intermédio de projeto de pesquisa apoiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão).

² É professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA (Universidade Federal do Maranhão). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e membro do GEPTS (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade), ligado ao PPGCS/UFMA. E-mail: flaviaalmeidamoura29@gmail.com.

³ A terminologia *condição análoga a de escravo* está no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro e a expressão *resgatado* é utilizada pelos agentes do Ministério do Trabalho e Emprego durante as fiscalizações.

basearam em pesquisas acerca do tema em diversas regiões brasileiras. Dentre eles: Esterci (1987); Garcia (1989), Sigaud (1979) e Martins (1994).

Durante trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com trabalhadores *resgatados* em operação da DRT no referido município de Codó (MA). Vale esclarecer que as informações contidas nesta pesquisa não podem ser generalizadas, uma vez que foram obtidas através de observação no campo e acompanhamento mais efetivo da trajetória de vida de quatro famílias de trabalhadores.

Neste sentido, a pesquisa proposta tem o esforço de problematizar a situação dos trabalhadores *resgatados* pela DRT-MA da situação denominada de *trabalho escravo*. Desta forma, as principais perguntas que giram em torno desta análise são: como eles se representam e quais suas estratégias de sobrevivência no contexto da chamada *escravidão contemporânea*?

Para a realização das entrevistas qualitativas, foi elaborado um roteiro de perguntas que nortearam as conversas com os trabalhadores, durante as visitas realizadas durante o ano de 2006 em suas residências, localizadas em bairros periféricos do município de Codó.

O acompanhamento da fiscalização na Fazenda Sagrisa (novembro de 2005), as conversas informais com trabalhadores rurais e lideranças comunitárias de Codó e as entrevistas qualitativas (realizadas entre março e novembro de 2006), nas residências dos trabalhadores, nos bairros São Sebastião e Codó Novo, apontam que eles não se auto-identificam como *escravos* e aceitam condições consideradas precárias de trabalho,

principalmente pelas dificuldades enfrentadas para manter suas atividades agrícolas e, conseqüentemente, para poder garantir a sobrevivência de seus familiares.

Como revelou a pesquisa quantitativa que realizamos em Codó⁴, esses bairros são compostos por famílias de camponeses que, mesmo perdendo a posse/propriedade da terra continuam tendo na agricultura sua principal fonte de renda. De um total de 256 entrevistados no bairro de Codó Novo, 141 (55,1%) responderam que mantêm atividade agrícola, enquanto 113 entrevistados (44,1%) indicaram que o chefe da família possui como ocupação principal o trabalho como lavrador.

Além de revelar a importância da atividade agrícola para a reprodução desses trabalhadores rurais que residem nos bairros populares de Codó, a pesquisa também confirmou aquilo que nossas informações acerca dos *trabalhadores resgatados* havia nos indicado; o fato de essa ser realizada em difíceis condições de acesso à terra, através do pagamento de renda (em dinheiro ou em produto) para proprietários. Por conseguinte, das pessoas que responderam nosso questionário, oitenta e oito (34,4% do total) informaram que trabalham em terra arrendada⁵, enquanto quinze disseram ser proprietárias da terra (5,9%) e nove (3,5%) cultivam em áreas de posse.

⁴ Esse levantamento de dados quantitativos foi realizado anteriormente à pesquisa de campo qualitativa, em outra etapa da pesquisa. Os dados foram aproveitados para compor este trabalho.

⁵ A maior parte desses arrendatários, quarenta e nove (55,6% do total dos que pagam renda) informaram que pagam dois alqueires por linha de roça colhida. O alqueire é a medida de peso referente a aproximadamente um saco e meio de 60 kg de produção (no caso de Codó, principalmente de arroz).

Tendo a atividade agrícola como fundamental para a sua reprodução, mas transferindo boa parte dos recursos obtidos para o pagamento da renda da terra, esses trabalhadores acabam se envolvendo em outras atividades para complementar a renda familiar, como a realizada nas fazendas de gado, chamada por eles de *juquirá* ou *roço da juquirá*, isto é, a limpeza do campo onde já foi plantado capim para o gado. Nestas atividades, os trabalhadores retiram com a foice ervas daninhas, palmeiras jovens de babaçu, entre outros tipos de vegetação que começam a crescer novamente, após o período do inverno (chuva). A limpeza do pasto propicia a plantação posterior do capim para alimentar o gado das fazendas.

2. ORIGEM, TRAJETÓRIA DE VIDA E A RELAÇÃO COM A TERRA

Para melhor classificar as entrevistas com as quatro famílias que foram acompanhadas durante a pesquisa, optamos por organizá-las a partir de quatro temas que permearam as conversas, a fim de facilitar o entendimento, bem como a comparação entre os depoimentos dos entrevistados. São eles: (1) Origem, trajetória de vida dos trabalhadores e a relação com a terra; (2) Economia Familiar, estratégias de sobrevivência e calendário agrícola; (3) Trabalho por *precisão*; (4) A questão da reincidência no *trabalho escravo*; e (5) A questão da representação do trabalho como *escravidão*.

Os quatro trabalhadores que foram acompanhados durante o período de um ano – Raimundo José Carvalho, 66 anos, o *Seu Rupiado*; Afonso Souza, 55 anos, conhecido como Afonso; Antônio José Souza da Silva, 46 anos, chamado de *Zé Véio*; e José Francisco Rosendo, 40 anos, conhecido como *Zeção* – moram na sede do município de Codó, nos bairros de São Sebastião e Codó Novo, mas possuem origem na zona rural.

Três deles nasceram em povoados localizados em Codó – Salobro, São Benedito e Quatrocentos - e o último em povoado de Timbiras – chamado Bonfim - e começaram a trabalhar na roça entre 8 e 12 anos de idade, acompanhando os pais.

Antes de se mudarem para a periferia do município de Codó, ao final da década de 70 e início de 80, esses trabalhadores residiram em outros povoados e sempre cultivaram as suas lavouras em terras de familiares.

Em conversas informais com lideranças no Codó Novo, obtivemos a informação de que as famílias que se mudaram para o bairro ainda na década de 80, são oriundas, principalmente, da chamada Região do Barracão, um dos maiores povoados localizado nas proximidades da rodovia, entre os municípios de Codó e Caxias (MA). Durante a pesquisa anteriormente citada, identificamos pelo menos quatro povoados que concentram a origem dos moradores, além do Barracão. São eles: Rumo, Peixe, Santa Maria dos Moreiras e Lagoinha.

Mesmo já tendo prestado serviços informais na cidade, os quatro trabalhadores entrevistados se consideram lavradores e afirmam que é da agricultura que retiram a principal fonte de renda para a manutenção de suas famílias.

Com relação à terra, a história deles é parecida: todos deixaram de morar nos povoados e, perdendo a posse das terras, passaram a viver como *arrendatários*, isto é, tendo de “alugar” um pedaço de terra para continuar plantando suas *roças*. Uns porque foram “expulsos” da terra e outros porque, na partilha da herança, após a morte dos avós ou pais, a família vendeu as terras.

De acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados, algumas famílias dos trabalhadores foram vítimas de *grilagem* de terra, pois à época não tinham a preocupação de obter a documentação para provar que residiam há gerações no mesmo local.

O depoimento de Sr. Raimundo relata como foi expulso, respectivamente, de três povoados onde morou antes de se mudar para o bairro de Codó Novo:

Pesquisadora: Por que o senhor saiu do povoado?

Raimundo: Lá (povoado Salobro) era propriedade de meu pai.

Eu nunca vendi, mas começaram a dizer que tinha outro dono e que a gente precisava sair. Não sei porque fizeram isso. Eu nunca dei documento nenhum dizendo que eu tava vendendo aquela terra. Daí, logo me aborreci e fui embora pra Juru e depois Bom Passar (dois povoados). Passaram uns anos, e o dono que comprou as terras lá não queria mais ninguém na área. Expulsou a gente; ameaçou de queimar as nossas coisas, e então eu vim pra cidade, mas já faz mais de 20 anos isso.

Pesquisadora: E atualmente, como o senhor faz pra plantar?

Raimundo: A gente procura uma linha ou duas, que dá pra plantar, e paga o foro pro dono da terra. Assim, a gente bota uma roça de arroz, e quando vai colher, deixa um tanto combinado com o dono daquela terra.

Pesquisadora: E quanto o senhor paga?

Raimundo: No meu caso, eu tenho pagado 2 alqueires por linha. Mas tem gente que paga mais por aí. Isso, pra uma safra que dá uns 20 sacos (de 60 kg), dá uns 3 a 4 sacos de foro.

O Sr. Raimundo não sabe explicar, com detalhes, de que forma as terras por onde passou foram sendo ocupadas e nem mesmo por quem, mas é categórico ao afirmar que, nas três localidades, foram instaladas fazendas de gado que existem até hoje.

Apesar de o arrendamento ser realidade na vida dos trabalhadores que eu acompanhei, Sr. Antonio José teve uma experiência, em 2005, de fazer parte de um grupo de trabalhadores que obteve o acesso à terra através do Programa Crédito Fundiário e ficou mais de um ano sem pagar renda. Ao final de 2006, desistiu de fazer parte do assentamento alegando que a terra não era boa, além de haver brigas entre os trabalhadores. Em entrevista concedida em abril de 2006, o trabalhador estava satisfeito com a terra:

Pesquisadora: E o senhor paga quanto de arrendamento?

Antonio José: Varia muito a área que a gente usa pra plantar, botar roça. Agora mesmo a gente tá em outra área. Eu entrei numa tal de comunidade; o governo comprou a terra e a gente vai acertando com ele em três anos. Assim eu não pago mais foro. O nome do lugar é Água Comprida, um interiorzinho aqui de Codó mesmo. Eu até construí uma casinha lá e estou com 3 linhas de roça plantada. Se eu quiser, posso botar até mais e não pago renda.

Pesquisadora: Essa “comunidade” que o senhor fala é um tipo de assentamento?

Antonio José: Acho que é, não sei direito. Só sei que agora tenho até documento da terra. O dono vendeu, o governo comprou por R\$ 49 mil tudo e agora cada um paga um pedacinho. Pra cada um, não vai dar mais de R\$ 2 mil. Isso tem pouco mais de ano que aconteceu.... desde lá, não pago mais renda. Está melhor assim.

Após a entrevista, nos informamos com uma liderança sindical em Codó, e entendemos que no caso do Sr. Antonio, do povoado Água Comprida, trata-se do programa do governo federal denominado *Crédito Fundiário*, antigo *Cédula da Terra* ou *Banco da Terra*⁶.

Durante a última entrevista com Sr. Antônio, em novembro de 2006, a situação já era outra:

Pesquisadora: O senhor já começou a preparar a terra para plantar nesse final de ano?

Antonio José: Já queimei no final de outubro, mas esse ano estou com roça em outro lugar, pagando renda de 3 alqueires por linha plantada.

Pesquisadora: E o assentamento da Água Comprida?

Antonio José: Eu saí da 'comunidade'. A safra passada foi muito ruim. De quatro linhas, tirei só 12 sacos de arroz. Desse tanto plantado, em terra boa, a gente tira até 40 sacos, se chover bastante. E, além disso, começou muita confusão lá de trabalhador e não deu certo. Achei melhor sair.

Não se "acostumando" com o assentamento, Sr. Antonio José voltou a pagar renda para poder plantar, como faz o Sr. Afonso desde que saiu do povoado de Pindoal, há pelo menos 20 anos, onde morava com a sua família em terras dos avós de sua esposa.

Pesquisadora: E o povoado Pindoal, (onde seu sogro morava e o senhor aprendeu a fazer roça), não tem mais terra pra vocês plantarem?

Seu Afonso: A minha sogra, que ainda é viva, tem um direito de uma terrinha aí, que era do avô dela, lá no Pindoal, onde eu conheci minha esposa.

Pesquisadora: E o que falta pra terra voltar a ser dela?

Seu Afonso: Ela tá criando forças pra conseguir levar em frente essa luta. Foi para o cartório e conseguiu ver o nome do avô dela lá nas escritura da terra. Mas agora precisa seguir na Justiça pra gente conseguir um pedacinho da terra de novo.

A história da família de Sr. Afonso é outro exemplo da questão da *grilagem* de terras que ocorreu em Codó, principalmente a partir da década de 70. Ele afirma que, atualmente, os donos das terras que pertenciam à família de sua esposa utilizam a maior parte da área para a criação de gado.

Vale esclarecer que as terras arrendadas pelos trabalhadores possuem critérios de utilização que dificultam ainda mais a sobrevivência das famílias que pagam renda. Além de os proprietários das terras não permitirem que os trabalhadores utilizem mais de 10 linhas de *roça*, também não deixam o mesmo utilizar essa porção de terra pelo período de cinco anos consecutivos com receio deles ocuparem a área. Além disso, o plantio da mandioca para a produção de farinha (que leva entre um ano e um ano e

⁶ Segundo Sauer (2004), o programa foi criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e oficialmente denominado de Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza, com recursos do Banco Mundial e a contrapartida de governos federal e estaduais. *"O projeto tinha como público-alvo agricultores sem terra ou com terras insuficientes para a subsistência (...) Tanto a compra da terra quanto os empréstimos para investimentos comunitários (a fundo perdido) foram feitos por meio de associações dos trabalhadores contemplados, responsáveis por selecionar a área e negociar diretamente a compra com os proprietários (SAUER, 42: 2004)*

meio) geralmente não é permitido, uma vez que esse tipo de plantio exige que o trabalhador permaneça por mais tempo naquela terra, o que contrasta com a exigência dos proprietários.

3. A ECONOMIA FAMILIAR DOS TRABALHADORES RESGATADOS

Apesar de os quatro trabalhadores entrevistados declararem que possuem como principal fonte de rendimentos a atividade agrícola, a manutenção e reprodução do grupo familiar incluem outras atividades de complementação de renda.

O chamado *roço de juquirá*, atividade realizada nas fazendas de gado da região e que, devido às condições precárias em que é realizada, é classificada por mediadores (principalmente Ministério do Trabalho e Emprego) como situação de *trabalho escravo*, também pode ser apontada como uma das estratégias de complementação de renda desses trabalhadores. Os entrevistados também afirmaram que realizam trabalhos informais na cidade, denominados *bicos*, atuando principalmente na limpeza de terreno, nos serviços gerais na construção civil ou ainda no trabalho como vigia, em propriedades particulares na cidade.

Conforme estudado por Garcia Jr. (1989), se há cálculo da distribuição do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com agricultura e outras atividades complementares para a renda da família, também há cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio ou do negócio para a agricultura.

No caso estudado em Codó, alguns trabalhadores justificaram sua ida para as fazendas na atividade chamada de *roço da juquirá*, por exemplo, pela necessidade de garantir o sustento básico da família, no que diz respeito à alimentação e à manutenção da casa (contas de água e luz, entre outras).

Por outro lado, outros trabalhadores informaram que estiveram em fazendas nesta mesma atividade porque precisavam de recurso monetário para realizar alguns “investimentos”, tais como: “comprar remédio para matar a praga da roça” (segundo Seu Itamar); compra de equipamentos capazes de gerar algum tipo de renda e/ou serviços para a família (como “consertar o motor de sua moto”, que poderia ser utilizada tanto para transportar as pessoas da família quanto para ser o principal meio de transporte do trabalhador até a sua plantação - conforme Seu Antonio José).

A partir do momento em que a renda obtida por esses trabalhadores torna-se insuficiente para a manutenção do grupo familiar, gerando uma situação de ‘necessidade financeira’, temos o que eles chamam de *precisão*.

Neste sentido, é a *precisão* uma das principais justificativas apontadas pelos trabalhadores por serem encontrados nesta situação considerada de *trabalho escravo*.

Com relação ao “tempo da *precisão*”, os trabalhadores afirmam que é no período do inverno (principalmente entre os meses de janeiro a abril, quando chove mais) que passam mais necessidades financeiras, já que ainda não chegou o tempo da colheita, quando os alimentos da safra passada já acabaram e o serviço da *juquirá* ainda está “fraco” por conta da chuva.

Por outro lado, eles afirmam que de abril até agosto, quando estão colhendo, a situação melhora um pouco, apesar das dificuldades no pagamento da renda e do transporte dos alimentos das *roças* até a sede do município. De setembro até o final

do ano , o tempo da *precisão* volta a assolar as famílias e, neste caso, há maior incidência de trabalhadores no chamado *roça da juquirá*.

Outro momento em que ocorre a chamada *precisão*, apontada pelos trabalhadores entrevistados, é quando alguém da família adoece e não há recursos para comprar remédio. Neste caso, a estratégia é se desfazer de algum alimento estocado ou ainda algum bem (como móveis ou eletrodomésticos), para a aquisição do recurso necessário à compra da medicação.

A *precisão* também é apontada pelos trabalhadores como uma condição difícil de viver na periferia da cidade e ter de retirar o sustento principal da família na *roça*. Neste sentido, quando questionados sobre esta condição enquanto viviam nos povoados, os quatro trabalhadores afirmam que quando residiam na zona rural, tinham menos *precisão*, porque era “tempo de fartura”.

Este antagonismo entre as categorias *precisão* e *fartura* pode ser exemplificado pelo depoimento de Sr. Afonso, quando diz:

Quando a gente tá na roça, fica tudo mais fácil. Além da plantação, a gente pode criar porco, galinha. Serviço não falta. A gente nunca fica parado e, quando não tá cuidando da nossa terrinha, tá fazendo uma diária na terra de algum compadre, tá fazendo uma farinha, tá tirando um legume da terra. Assim, não tem como ficar na ‘precisão’ e não falta o de comer. (Depoimento de Sr. Afonso)

Dessa forma, podemos observar que se existe o chamado “tempo da *precisão*”, também existe o “tempo da fartura”; e este último está relacionado diretamente com o período em que o trabalhador rural tem possibilidade de preparar a *roça* e, desta forma, tem como tirar o seu sustento de maneira mais tranqüila.

A questão aqui levantada é de que a economia familiar desses trabalhadores apresenta peculiaridades e varia de acordo com cada família, bem como suas necessidades em cada período do ano.

Neste sentido, a análise proposta neste trabalho sobre a economia familiar de um grupo de trabalhadores rurais, entrevistados em Codó, é feita à luz da discussão de Garcia Jr. (1989), quando ele afirma:

Cada grupo doméstico tem uma determinada composição de consumidores, uma determinada composição por sexo e idade, que implica possibilidades e impossibilidades de mobilização da força de trabalho doméstica, um determinado montante de recursos disponíveis. Se todos dizem que “a luta dali é uma só” é que os mesmos padrões sociais de avaliação destas dimensões estão em operação. (GARCIA JR, 1989: 108)

Nas famílias de trabalhadores rurais entrevistadas em Codó, a atuação da esposa e dos filhos é fundamental para garantir a complementação da renda. Algumas mulheres lavam roupa e/ou trabalham como domésticas em casa de família ou ajudam na roça, no preparo da terra, plantio e colheita.

Também a atividade da quebra do coco babaçu, para fazer azeite, sabão e carvão é comum na região. A amêndoa do coco babaçu também pode ser trocada no comércio local por outros produtos alimentícios. Neste caso, as esposas de dois dos quatro trabalhadores entrevistados – Sra. Toinha e Sra. Zezé - afirmaram que quebram coco para complementar a renda monetária familiar.

Os filhos também ajudam acompanhando os pais na *roça* (principalmente os meninos), auxiliando em casa, cuidando dos irmãos mais novos (serviço mais comum das meninas, apesar de haver situações diferentes) ou ainda trabalhando nas feiras e comércio local.

A aposentadoria de uma pessoa da família (ou do próprio *chefe da família* que continua trabalhando, ou de uma sogra ou uma mãe que mora junto na casa dos filhos e netos) e os programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família, também foram apontados pelos entrevistados como fundamentais para o sustento dessas famílias.

Com relação ao consumo de alimentos, a base da alimentação das famílias entrevistadas em Codó é o arroz, principal produto cultivado nas roças e utilizado principalmente para o consumo dos próprios trabalhadores, embora em alguns casos possa haver venda desse produto ou troca por outros, como café e açúcar, no comércio local. O arroz ainda pode ser utilizado para o pagamento de diárias a outros trabalhadores “contratados” para ajudar no plantio ou na colheita da *roça*.

Já o cultivo de outros produtos, como feijão, milho e mandioca, também é comum em Codó, embora seja em menor quantidade do que o arroz. Neste caso, eles também são “negociados” pelos trabalhadores em troca de outras mercadorias ou diárias a outros trabalhadores.

Como tivemos a oportunidade de realizar trabalho de campo em Codó durante o período eleitoral, podemos perceber que alguns filhos conseguiram trabalhos informais com propagandas políticas, principalmente na atividade de distribuição de “santinhos” de candidatos. Neste caso, o recurso monetário recebido, na maioria das vezes, serviu para o consumo pessoal dos adolescentes e jovens.

Produtos para a complementação alimentar, como café, açúcar, legumes e carnes, são consumidos por esses trabalhadores quando alguém recebe algum recurso extra ou ainda nos períodos de pagamento da aposentaria ou algum auxílio governamental.

Aqui, a gente come carne sempre que dá, mas não é todo dia. Geralmente quando chega o Bolsa Família ou aparece algum dinheirinho de “bicos” que alguém da família fez durante o mês. Eu, por exemplo, quando pego roupa pra lavar pra fora, volto pra casa com uma misturinha. (Depoimento de Dona Zezé, esposa do trabalhador rural Sr. Antonio José)

Produtos pessoais como roupas, ou utensílios para a casa, como móveis, eletrodomésticos, entre outros, são adquiridos, na maioria das vezes, em sistema de prestações, oferecido pelo comércio local. O recurso para a aquisição desses produtos é oriundo da renda monetária mensal que a família possui – no caso de um recurso de um programa governamental de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família -, ou ainda do recurso da aposentadoria de algum membro da família. Esporadicamente, esse montante também pode vir de trabalhos informais desenvolvidos na cidade, chamado por eles de *bicos*.

Esses produtos são, geralmente, de consumo anual, enquanto a alimentação faz parte do consumo diário das famílias. Apesar de serem consumidos anualmente, são pagos em parcelas mensais, de acordo com a forma de pagamento acertado no

comércio local. Os gastos com as contas de água e luz são pagos, na maioria dos casos entrevistados, com o recurso de aposentadoria ou Bolsa Família.

Quando questionados sobre sua renda mensal monetária, esses trabalhadores não conseguem mensurar, em dinheiro, quanto recebem por mês para poder sustentar suas famílias mas, ao mesmo tempo, têm o controle de seus gastos mensais e anuais e utilizam estratégias de sobrevivência para conseguir manter os custos mínimos da casa, principalmente a alimentação de todos os seus membros.

Na casa de barro de três cômodos do Sr. Raimundo (conhecido como *Seu Rupiado*), 66 anos, por exemplo, moram 9 pessoas: ele, a esposa, um casal de filhos e cinco netos. Outras duas filhas não moram com o casal, mas precisam de uma ajuda da família para viver. Uma mora em Codó mesmo e a outra, que é a filha mais velha, mora em São Paulo e, apesar de não depender da renda da família para viver, não oferece ajuda financeira mensal para ajudar os pais a criarem dois filhos, que moram com os avós.

Seu Rupiado recebe uma aposentadoria de R\$ 350 por mês. Como possui uma neta, de 10 anos, que está estudando, recebe mais R\$ 90 de Bolsa Família. São as únicas rendas fixas da família. Fora isso, só mesmo a renda dos trabalhos informais, na cidade.

A Toinha (esposa) trabalha aqui e acolá, lavando uma roupa, arrumando uma casa, quebrando coco, e recebe um troquinho pouco; mas sou eu mesmo que tenho que botar a renda na casa. A filha, que trabalha em São Paulo, não manda dinheiro, até porque não sobra. Nonato (filho) faz 'bicos' e, de vez em quando, traz alguma coisa pra casa. Quando ele acha, trabalha. Hoje, por exemplo, ele tá cavando vala pra prefeitura. Ele largou o estudo. Francisca, a filha mais nova, só estuda. É muita gente pra comer. A gente se vira mesmo no que dá pra ter o de comer todo dia em casa. (Depoimento de "Rupiado", 66 anos)

O trabalhador conta que o alimento principal em sua casa, o arroz, raramente é comprado no comércio local. Segundo o trabalhador, quando volta da colheita, "quase nunca consegue vender o arroz porque vem pouco, e pode faltar mais pra frente".

Posso trocar só um pouco mesmo na mercearia ou vender na usina de arroz, que tem aqui em Codó. Na usina, a gente também pode pagar pra pilar. Mas quando tem pilão em casa, é melhor ainda. Aqui, todo mundo faz esse serviço. (Seu Rupiado)

Apesar de plantar quase todos os anos, *Seu Rupiado* afirma que há "períodos de maior necessidade financeira". Essa condição, já tratada anteriormente, é chamada por ele e por outros trabalhadores entrevistados de *precisão*, que está diretamente relacionada com o calendário agrícola dos trabalhadores.

Quando é tempo de colheita, por exemplo, a *precisão* diminui; mas tão logo o estoque de arroz vai diminuindo, a "necessidade" aumenta. Neste sentido, a atividade denominada por eles de *roço da juquira* é realizada para a complementação da renda dessas famílias.

Pesquisadora: Explica pra mim qual é o mês bom pra fazer roça...

Seu Rupiado: De agosto a setembro é tempo de brocar mesmo. O mato é mais grosso. Outubro já é tempo de queimar pra preparar a terra.

Pesquisadora: E o mês bom pra plantar....

Seu Rupiado: Aqui é dezembro ou janeiro, geralmente quando começa a chover. A capina a gente faz em janeiro, fevereiro e março.

Pesquisadora: Então, qual é o tempo de maior “necessidade”?

Seu Rupiado: Depois que a gente bota a roça, até janeiro, passa fevereiro, março e abril parado. Esse tempo é difícil. É quando a gente tem ‘precisão’. Depois, chega em maio, junho, a gente tá colhendo. De julho pra frente, até novembro, a coisa também fica feia. Difícil de arrumar trabalho. Só esse ‘roço de juquirá’ brabo que tem pra fazer. Daí não tem muita escolha não...

Apesar de Sr. Raimundo relacionar o “tempo da roça” com os meses do ano, esses trabalhadores geralmente operam com categorias nativas para medir o tempo da plantação. Por exemplo, em vez de se referirem aos meses do ano, geralmente, a forma de medirem o tempo é pelas atividades ligadas à roça: ‘tempo de broque’, ‘tempo de plantar’, ‘tempo da capina’, ‘tempo de queimar’, ‘tempo da juquirá’, entre outros.

Sr. Afonso, 55 anos, não tem uma situação muito diferente de Sr. Raimundo. Ele e sua esposa, Dona Maria da Conceição, 46 anos, tiveram 7 filhos. Hoje, 6 moram com eles e mais 1 neta que eles criam numa casa de 3 cômodos. O casal perdeu um filho, que morreu de acidente com raio quando estava trabalhando na roça, há 4 anos. Ninguém recebe aposentadoria na família. A filha mais nova e a neta, que estão na escola, recebem Bolsa Família. Ao todo, não ultrapassa R\$ 100. Essa é a única renda da família que mora na casa da mãe de Dona Conceição.

Os dois filhos mais velhos – Antonio, 26 anos e Francisco, 21 anos – pararam de estudar no ensino fundamental. Eles acompanham o pai no trabalho da roça desde cedo, tanto no plantio quanto nas atividades do chamado *roço de juquirá*. Este ano, os dois experimentaram um serviço novo: foram trabalhar em uma carvoaria em Ulianópolis, no Estado do Pará, a convite de um vizinho, que também trabalhava lá. O resultado não foi considerado por eles como satisfatório porque os dois voltaram pra casa após 20 dias de trabalho tendo conseguido uma quantia de R\$ 80 e doentes, com malária. Não tiveram nenhum tratamento médico por parte da administração da carvoaria.

Foram se tratar na FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), em Codó, onde conseguiram a medicação. Além de ajudar na roça, os filhos também fazem os *bicos*, como ajudantes de pedreiro na cidade, mas falam que o serviço em Codó é muito fraco. As filhas ajudam em casa, cozinham e cuidam dos irmãos menores. A esposa lava roupa para fora.

O exemplo do Sr. Afonso serve para entendermos o papel dos membros da família na economia. Os filhos homens, que acompanham o pai, também são considerados a força do trabalho da casa, enquanto as filhas mulheres ajudam nos serviços domésticos e cuidam dos filhos mais novos, mas geralmente não geram renda monetária para a casa. Essa situação encontrada na família do Sr. Afonso é comum em Codó, apesar de haver casos em que as filhas mulheres trabalham “fora”, principalmente no comércio local, e ajudam nas despesas da casa.

Sr. Afonso afirma que não pode ficar sem trabalhar nem mesmo uma semana. Se não está na atividade denominada de *roço de juquirá* em fazenda, está preparando a terra, plantando, limpando, colhendo, fazendo a *farinhada*, que consiste em transformar a mandioca em farinha, nas *casas de farinha*, geralmente encontradas nas áreas rurais do município.

Outra forma encontrada para garantir o sustento da casa é ajudar um companheiro a cuidar de sua *roça* e, com isso, receber uma diária (geralmente paga em porções de arroz).

Não dá pra ficar parado. Tenho muita precisão; uma família grande pra sustentar, mas eu sou ligeiro. Quando pego um negócio pra fazer, boto pra frente. Já bati em São Paulo, trabalhando com construção civil, também morei três anos em Imperatriz com minha família, mas a mulher achou lá muito perigoso, de assalto, então voltamos pra Codó. O que não faço é ficar parado. (Depoimento Seu Afonso, 55 anos)

Outro trabalhador entrevistado, Sr. Antonio José, conhecido como *Zé Veio*, 46 anos, não foge à regra: tem que conciliar formas diferentes de trabalho para conseguir sustentar sua família formada pela sua esposa e mais 6 filhos, sendo 2 homens e 4 mulheres. Eles também moram numa casa de 3 cômodos. Somente uma filha não mora com o casal, mas deixou a neta, de 2 anos, pra eles cuidarem. O filho mais velho trabalha de ajudante de pedreiro e leva um pouco de dinheiro para casa, quando dá. Ele afirma que não quer acompanhar o pai no trabalho da *roça*.

Também nem faço questão de me ajudar na roça. Tira como meu exemplo, que trabalho desde que me entendo com isso e não sobra dinheiro nem pra comprar um par de japonesa. Então não quero que meu filho vá pro mesmo caminho. (Depoimento de “Zé Véio”, 46 anos)

O restante dos filhos não trabalha fora. A família recebe um auxílio do Programa Bolsa Família por conta dos dois filhos mais novos que estão estudando, que recebem R\$ 90. Ninguém recebe aposentadoria na família. Para garantir o sustento, Sr. José trabalha informalmente como vigia em propriedades particulares em Codó ou ainda como segurança em eventos, como carnaval ou demais festejos. “Dona Zezé”, sua esposa, lava roupa e faz faxina em casas de família, mas também não possui uma renda monetária mensal.

Já a família de José Rosendo, conhecido como *Zeirão*, 40 anos, apresenta uma situação um pouco diferenciada das outras entrevistadas para a realização desta pesquisa. Além de ter dois filhos (é a menor família dentre as quatro), todos colaboram na renda familiar. Em sua casa de alvenaria e com 3 cômodos vivem ele, a esposa e mais dois filhos, um de 14 e outro de 16 anos.

Os dois estão na escola e o mais velho trabalha meio período numa oficina mecânica e, apesar de quase não levar dinheiro para a casa, é responsável pelos seus gastos pessoais. A esposa, Ednei, 33 anos, trabalha fora como doméstica em casa de família e recebe uma renda fixa de R\$ 100 por mês.

Além desta renda, a família conta com auxílio do Programa Bolsa Escola, que soma mais aproximadamente R\$ 100, referentes aos dois filhos.

Em época de colheita, a esposa tem uma dispensa do trabalho que realiza em casas de família, durante um período aproximado de 15 dias, e acompanha o marido na roça, juntamente com um dos filhos. Sempre fica um deles na cidade para cuidar da casa e também cozinhar para os que estão trabalhando na roça.

Eu não gosto quando meu marido está no roço da juquirá ou trabalhando de carvoaria, mas não tem outro jeito. Quando a gente acaba de colher, não

tem mais serviço pra ele e então o jeito é correr mundo. Eu apóio, mas fico angustiada em casa, sem saber como ele está e quando vai chegar. (Depoimento de Ednei, 33 anos, esposa de “Zezão”)

4. O TRABALHO POR PRECISÃO

Como a maioria dos trabalhadores que foram encontrados nas fazendas pela equipe da DRT-MA também faz suas *roças* ou auxilia nas atividades agrícolas em plantações de outros trabalhadores, o período de maior incidência no chamado *trabalho escravo* é entre julho e dezembro, geralmente quando eles já colheram a safra do ano (principalmente de arroz) e ainda não plantaram a do próximo ano, já que o plantio desta cultura é sempre realizado entre o final de dezembro e janeiro.

Durante as entrevistas, fomos informados, por exemplo, que quando o trabalhador vai para atividade da chamada *juquirá* ou qualquer outro serviço temporário, precisa deixar os filhos ou outros trabalhadores preparando a terra para a plantação. Do contrário, também é comum o trabalhador voltar da fazenda, em meados de dezembro, e procurar uma *roça* já queimada, no ponto de plantar, e pagar outros trabalhadores por este serviço.

Em conversa com a Sra. Ednei, esposa do trabalhador Afonso, *resgatado* na Fazenda Sagrisa, em Codó, em novembro de 2005, ela informou que o marido havia saído para trabalhar em carvoaria em Dom Eliseu (PA), em agosto de 2006, e deveria ficar até dezembro. Dessa forma, ele iria pagar uma *roça* que já estivesse sido queimada assim que chegasse em Codó para poder plantar arroz, em janeiro de 2007.

Ele (o marido) não deixa de plantar nenhum ano para poder, pelo menos, garantir ‘o de comê’ dentro de casa. Mesmo que ele esteja na ‘juquirá’ ou em outras atividades, como agora está na carvoaria, sempre volta para plantar. (Depoimento da Sra. Ednei, em novembro de 2006)

Como afirma Martins (2000), em seu trabalho que trata da relação entre a agricultura e o garimpo na lógica camponesa na Região do Médio Mearim (MA), a situação estudada nos coloca um desafio: entender os processos sociais que vêm se configurando, onde a manutenção da família na terra depende do assalariamento de alguns de seus membros. Neste sentido, o deslocamento de trabalhadores para a atividade chamada de *roça de juquirá* nas fazendas de gado da região de Codó ou mesmo para trabalhar em carvoarias no Pará, não significa necessariamente um abandono da agricultura, mas sim estratégias de sobrevivência e até de levantar recursos para aplicar na *roça*.

Neste sentido, com base em Martins (2000), a autora levanta uma questão que também pode ser pensada neste trabalho, que trata da complementação entre as atividades realizadas pelos trabalhadores. Nem a *roça*, nem a *juquirá*, nem qualquer outro trabalho temporário pode ser apontado como acessório à atividade econômica principal da família.

A noção de atividade acessória é inadequada para o entendimento da articulação entre as atividades econômicas. Há uma complementaridade e uma interdependência mútua entre essas atividades, que dificulta considerar uma ou outra como principal. (MARTINS, 2000: 83)

A saída dos trabalhadores para a atividade denominada de *roço de juquira*, que resolvemos chamar aqui de *trabalho por precisão*, é iniciada com o aliciamento nos bairros, mais frequente em Codó entre os meses de maio e junho.

As informações obtidas nesta pesquisa foram sistematizadas a partir das entrevistas, mas não devem ser generalizadas, uma vez que pode haver recrutamento de trabalhadores para essas atividades em outros meses do ano, dependendo do tamanho das fazendas ou mesmo dos períodos da chuva, entre outros fatores.

Vale aqui esclarecer que o agenciamento da força de trabalho para as atividades realizadas nas fazendas precede a saída dos trabalhadores e, no caso de Codó, é realizado nas próprias residências dos trabalhadores. Durante as entrevistas, era comum ouvir os trabalhadores contarem que o *gato* esteve em sua casa, oferecendo trabalho.

Diferentemente de outros casos conhecidos de aliciamento, no qual os agenciadores vão até as feiras e demais espaços públicos a fim de recrutar trabalhadores, em Codó, e especificamente no bairro Codó Novo, esses homens se ocupam de realizar o serviço principalmente de casa em casa, fazendo acordos individuais com cada trabalhador.

Após o acordo do serviço, geralmente verbal, o agenciador marca o dia para realizar o *adiantamento*, que consiste no pagamento adiantado de uma determinada quantia em dinheiro para o trabalhador deixar para a família enquanto está fora de casa. Depois disso, é marcado o dia e horário da viagem, que ocorre principalmente entre os meses de junho e agosto. Neste caso, os trabalhadores são transportados coletivamente nos chamados *paus-de-arara*, que são caminhões, caminhonetes ou qualquer outro veículo com espaço para adaptações de bancos, feitos geralmente com tábuas de madeira.

Segundo os entrevistados, o tempo de permanência dos trabalhadores nas fazendas varia entre 2 e 5 meses. A volta, neste caso, depende do pagamento que, muitas vezes, é dificultado pelo endividamento do trabalhador para com o agenciador, que será tratado em seguida.

Durante as visitas nas residências dessas quatro famílias de trabalhadores rurais de Codó, percebemos a constância da utilização de um termo regional para designar a necessidade financeira dessas famílias, advinda principalmente da falta de oportunidade de trabalho, tanto na área rural quanto na área urbana de Codó. Trata-se da chamada *precisão*, já descrita anteriormente.

Neste sentido, quando questionados sobre as causas que os levaram até às fazendas de gado para trabalhar na atividade denominada *roço de juquira*, é comum os trabalhadores responderem da mesma forma: “*é por causa da precisão*”.

Os quatro trabalhadores já haviam realizado esta atividade antes – *Seu Rupiado*, por exemplo, afirma que trabalha no chamado *roço da juquira* há 30 anos; Afonso há 25; Zezão há pelo menos 15 anos e Zé Véio há 10 anos.

Essa atividade é considerada por eles como “muito dura”; “trabalho ruim”; que “rende pouco”. Dessa forma, durante as entrevistas, ouvi várias vezes dos trabalhadores declarações do tipo: “*só vou pro roço quando não tem mais jeito; na precisão. O serviço acabou mesmo e a gente tem que passar o mês, trazer comida pra casa*”. Ou ainda: “*não volto mais praquele mato véio. É ruim demais*”.

A caracterização desta atividade como *condição análoga a de escravo* tem embasamento no discurso jurídico, construído a partir da situação de exploração de

trabalho desses trabalhadores encontrados nessas fazendas, na qual além de o trabalho ser considerado *pesado*, não há condições satisfatórias de higiene e saúde (muitas vezes, a água de beber é retirada de cacimba ou mesmo de açude, usada também para tomar banho e cozinhar) e ainda de alojamento (muitas vezes são barracos de palha ou de lona situados no meio do mato) e de alimentação, na maioria das vezes insuficiente ou de baixa qualidade.

Além disso, as situações descritas não demonstram nenhuma preocupação com questões relacionadas à saúde e segurança no trabalho, já que os chamados EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) são totalmente desconhecidos pelos trabalhadores.

(...) a gente só vai pra juquira quando tá no último grau de precisão. Lá na fazenda, é tudo péssimo! Aquela comida que eles falam que é de peão; um arroz quebrado e misturado e só. Carne é muito difícil ver. A água que a gente bebe anda até animal e a gente tem que banhar também; tudo no mesmo açude. A única coisa que é bom do trabalho é quando a gente recebe o troco. Mas mesmo assim, é difícil ver o troco. Eles deixam um pouquinho aqui em casa antes da gente viajar e depois é difícil ver o resto do dinheiro porque a gente acaba gastando com eles mesmo. (Depoimento de Seu Zé Véio, 46 anos)

Outra característica da situação do *trabalho escravo* é a questão da dívida que o trabalhador rural acumula com o agenciador, chamado de *empreiteiro ou gato*. Por esse motivo, alguns autores, como Martins (1994), chamam essa relação de *escravidão por dívida*.

Muitas vezes, o *empreiteiro* adianta uma quantia em dinheiro para o trabalhador deixar em casa e também para se deslocar até a fazenda. Dessa forma, ele já sai para trabalhar devendo, e essa dívida só tende a aumentar, com a compra dos instrumentos de trabalho (foice, bota, entre outros) ou mesmo com gastos durante a viagem, com cigarro, bebida e ainda na cantina das fazendas, onde tudo é mais caro do que no comércio da cidade.

Neste caso, o que “prende” o trabalhador na fazenda é a dívida. Ele trabalha e, muitas vezes, não consegue pagar os gastos. E quando paga, volta pra casa sem dinheiro.

Já tenho mais de 30 anos roçando juquira. Já fui bater até em Imperatriz. Lá foi o mais longe que fui. Eles até que pagam, mas é muito barato. Às vezes a gente não recebe porque o gato é danado mesmo. Ele recebe do fazendeiro, mas não quer pagar a gente. Às vezes, a gente sai de lá sem nem ter mais o que receber. Só trabalha pra pagar as dívidas. (...) A gente vai pra juquira quando não tem mais jeito, mas a nossa rocinha é que é bom. Na juquira, a gente não ganha dinheiro e se cansa. (Depoimento de Seu Rupiado, 66 anos)

As dificuldades dos trabalhadores também são sentidas pelas famílias, mulheres e filhos, que ficam em casa muitas vezes na expectativa da volta dos *chefes de família*.

Eu tenho muito dó de meu marido e de meus filhos, quando eles vão pro roço. Esta noite mesmo, sonhei que tinha uma cobra no mato que mordeu eles. Eles me contam tudinho, das dificuldades. Eu sei como é. Já morei em fazenda e vi o sofrimento daqueles juquireiro. Eles vão pro roço porque não

tem outro jeito mesmo. Não tem dinheiro nenhum, e pra não passar fome, tem de ir. Além do serviço ser pesado e pagarem pouco, a gente nunca sabe quando voltam. A gente sabe que eles vão pra lá morto de precisão. Eles já vão com a cabeça cheia que estão devendo aquilo que deixou em casa. Daí é o jeito ter de gastar mais lá. Se querem ter bota, tem que pagar. Daí compra o esqueiro, o fumo, o papel, o sabão, mesmo a roupa véia pra trabalhar... Quando é que acabam de pagar isso?! Nunca! Às vezes passa o mês, ou até mais. Eles tem que ficar, mas não agüenta – daí fala pro gato: eu vou embora e depois vocês vão em casa pra eu pagar a dívida. Vou arrumar outro meio. Daí, não tem dinheiro pra passagem e voltam pro meio desse mato pedindo carona, na beira da pista. É muito difícil mesmo. (Depoimento de Maria da Conceição Souza, 46 anos, esposa de Seu Afonso, 55)

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e familiares, quando a fazenda está localizada no mesmo município de moradia (como é o caso estudado em Codó), há uma mobilidade desses trabalhadores que, mesmo após terem de se sujeitar a caronas conseguidas na rodovia mais próxima e a longas caminhadas pelo mato, conseguem voltar pra casa ainda que estejam endividados na fazenda. Esse fato já não ocorre quando o trabalhador se encontra numa fazenda mais longe de casa, em município distante, outro Estado ou até outro país.

Embora tenham sido encontrados em fazendas localizadas em Codó, os entrevistados afirmam já terem trabalhado em outras regiões, como no sul do Maranhão, em Imperatriz e outras localidades, podendo ser alguns municípios do Pará e do Amapá e, até mesmo, de fora do país, como é o caso de Sr. Antonio José, que já foi para a Guiana Francesa, trabalhar no garimpo.

5. A QUESTÃO DA REINCIDÊNCIA NO TRABALHO ESCRAVO

Segundo informações da DRT-MA, é comum ocorrer o retorno do mesmo trabalhador que já foi *resgatado* em outro momento para a *condição análoga a trabalho escravo*, na mesma fazenda ou em outra. Embora tenha sido constatado esse problema, não há uma estatística realizada pela Delegacia que mensure a reincidência desses trabalhadores no Maranhão.

No caso dos trabalhadores entrevistados, que foram *resgatados da condição de escravos* pela equipe de fiscalização da DRT-MA, em novembro de 2005, receberam os direitos trabalhistas referentes aos dias trabalhados na fazenda (aviso prévio indenizado, verbas referentes a férias e décimo terceiro salário e FGTS), que somaram, em média, R\$ 1.000 para cada trabalhador.

Além das verbas rescisórias referentes às irregularidades trabalhistas, cada trabalhador também recebeu uma quantia de R\$ 500 referentes aos danos morais individuais, solicitados pelo Ministério Público do Trabalho, que acompanhou a fiscalização. Neste sentido, cada um recebeu, em média, mais R\$ 1.500, além de três meses de seguro-desemprego, com mensalidades no valor de R\$ 350.

Num período de 4 meses, esses trabalhadores receberam, em média, R\$ 2.550 cada um. Esse recurso serviu para saldar dívidas no comércio, com contas de água e luz atrasadas, e ainda para a aquisição de alguns produtos para a casa, como geladeira, móveis e eletrodomésticos, e pessoais, como roupas, cosméticos, entre outros.

De novembro de 2005, quando foram resgatados, até fevereiro de 2006, eles ficaram trabalhando nos seus *roçados* e realizando alguns serviços informais na cidade.

De março de 2006 pra frente, quando eles não podiam mais contar com a renda fixa referente ao seguro-desemprego, e com a *roça* já plantada, os trabalhadores rurais começaram a sair novamente em busca de serviço. Neste momento, segundo eles, a oferta é restrita e uma das poucas escolhas é “enfrentar o *roço da juquirá* novamente”.

A reincidência desses ao *trabalho escravo* ocorre, na maioria das vezes, pela falta de oportunidade de emprego aliada à necessidade de continuar sustentando a casa, mesmo sem poder contar mais com os recursos do seguro-desemprego.

Em março de 2006, quando cheguei em Codó para visitar algumas residências dos trabalhadores que conheci na Fazenda Sagrisa, percebi que alguns já tinham retornado em condições semelhantes em outras fazendas, no mesmo município. Outros estavam em busca de trabalho, mas se queixavam da falta de oportunidade.

José Maria Medeiros, por exemplo, o primeiro trabalhador que visitei no bairro Codó Novo, em março de 2006, contou que ia voltar para fazenda no dia seguinte e pretendia ficar 15 dias porque tinha que cuidar de sua rocinha, que havia plantado em janeiro e estava com problemas com *pragas*. À luz da discussão de Garcia Jr. (1989), percebemos que a intenção desse trabalhador era clara: o recurso que ele poderia vir a levantar com esse tipo de trabalho era para ser *investido na produção de seu roçado*, e não diretamente para o *consumo de produtos*, como era o caso de outros trabalhadores entrevistados.

Vou pra esse ‘roço brabo’ aí porque não tem outro jeito. Preciso arrumar um troco pra comprar ‘veneno pra praga’ não tomar conta das minhas duas linhas de arroz que plantei este ano. Senão, fico sem ter o que comer... (Depoimento de José Maria Medeiros, 49 anos)

Em abril, quando fiz as primeiras entrevistas com os quatro trabalhadores que resolvi acompanhar durante o ano de 2006 para a realização desta pesquisa, observei que apenas um deles havia voltado para a situação de *trabalho escravo*, embora todos ‘admitiram’ que não iam conseguir permanecer muito tempo longe desse tipo de trabalho.

Sr. Raimundo, por exemplo, disse que estava trabalhando numa *roça* de outro trabalhador e recebendo algumas diárias. Mas, como o serviço era pouco, na maior parte do tempo, se sentia incomodado de ficar em casa, sem se ocupar com nenhum outro trabalho.

Estou ‘segurando’ pra não voltar pro roço, mas se até maio não arrumar nenhum servicinho por aqui, não vai ter outro jeito. O Nena (gato) já teve aqui, me convidando pra roçar um mato aí, não sei bem onde. Disse que volta. Daí vamo ver a proposta dele... (Depoimento de Sr. Raimundo, 66 anos)

Afonso, 55 anos, já se encontrava na situação de *trabalho escravo* em outra fazenda de Codó, e havia deixado em casa sua esposa preocupada:

Toda vez que o meu marido tá se arrumando pra sair, eu digo pra ele: ‘ô meu véio, você só parece que anda com rede nas costas’. Mas não adianta. Ele não consegue ficar em casa, sem fazer nada, e ainda por cima vendo a dificuldade que a gente passa. (Depoimento de Dona Maria Conceição, 46 anos)

Quando encontrei Afonso na Fazenda Sagrisa, ele estava acompanhado de seu filho mais velho, o Antônio, 26 anos. Mas desta vez, o filho não havia voltado para a fazenda com o pai porque estava trabalhando como ajudante de pedreiro numa construção, no próprio bairro.

Na ocasião, Antonio José, 46 anos, ainda não havia voltado para atividade do chamado *roço da juquira* e afirmou que não pretendia ir para fazenda tão cedo. Ele contou que arrumou um trabalho de segurança com a prefeitura para trabalhar no carnaval de rua de Codó e com aquele recurso estava tentando manter os gastos da casa.

Agora tô tentando arrumar outro 'bico' aqui na cidade mesmo pra não precisar voltar pra 'juquira'. Ano passado, eu fui porque tinha que pagar umas contas aí de um motor que arrumei numa moto e não consegui trabalho de jeito nenhum. Foi até bom porque fiquei só dois dias na fazenda e consegui receber o seguro-desemprego por três meses. Valeu a pena. O bom⁷ seria que sempre tivesse uma fiscalização... (Depoimento de Antonio José, 46 anos)

A fala de Antonio está de alguma forma na fala dos outros trabalhadores. É que numa situação difícil como a deles, de necessidade financeira, receber o seguro-desemprego por três meses poderia significar um “grande negócio”, isto é, uma estratégia para conseguir saldar as dívidas. Dessa forma, em conversa informal com alguns trabalhadores, percebi que havia uma tendência para o aumento da denúncia de situação de *trabalho escravo* por parte deles, que afirmaram que queriam ser encontrados novamente nas fazendas para conseguir o benefício.

A questão é que o benefício tem um prazo para acabar – de três meses – o que pode estimular a reincidência, com a esperança de que ocorra uma nova denúncia e, conseqüentemente, que o trabalhador receba os recursos do seguro-desemprego por mais três meses.

Por outro lado, a fiscalização também intimida alguns trabalhadores, como é o caso de Antonio, 40 anos. Numa primeira conversa que tivemos, em abril, durante visita em sua casa, ele afirmou que, mesmo com necessidade de arrumar um trabalho, estava com medo de voltar a trabalhar neste tipo de atividade em fazendas e ser reconhecido pela equipe de fiscalização.

Eu tô com medo de voltar pra fazenda porque a federal já pegou a gente e o retrato da gente tá lá. Acho estranho; acho que eles podem chamar a nossa atenção de estar metido em coisa errada de novo, depois de ser avisado. (Depoimento de Antonio Rosendo, 40 anos)

Vale lembrar que nenhum dos quatro trabalhadores entrevistados já havia sido resgatado pela DRT-MA. Dessa forma, as reações e as impressões deles com relação à

⁷ Vale esclarecer que, se no ato da fiscalização da DRT-MA o trabalhador for encontrado em situação de *trabalho escravo*, mesmo que esteja trabalhando há menos de 1 dia inteiro, recebe seus direitos trabalhistas como se tivesse trabalhado, no mínimo, um mês. Isto acontece, segundo explicações do Delegado Regional do Trabalho, Allan Kardec Ayres Ferreira, devido ao chamado 'aviso prévio indenizado', um direito do trabalhador, que deve ser avisado com antecedência de 30 dias.

equipe de fiscalização ainda era um pouco confusa. Portanto, a reincidência para o trabalho escravo pode ser compreendida em Codó pela falta de oportunidade de emprego na região e também pela necessidade desses trabalhadores rurais complementarem a renda familiar, já que a maioria não tem terra própria para plantar e, por isso, é obrigada a pagar o *arrendamento*. Além disso, os trabalhadores rurais têm de obedecer ao calendário agrícola e plantar somente no período da chuva, já que não possuem incentivos técnicos para desenvolver plantações em outras épocas do ano por falta de irrigação e outros recursos necessários ao sucesso da lavoura.

6. A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO COMO ESCRAVIDÃO

Nas situações analisadas, os trabalhadores não se apresentaram como *escravos*, mas todos utilizaram algumas categorias nativas para caracterizar o trabalho realizado nas fazendas, como: *duro, forçoso, pesado, humilhante*. Para eles, o termo *escravo* tem uma ligação com o passado, com o período colonial, quando os fazendeiros prendiam, batiam e vendiam pessoas se não lhes interessassem mais pelo seu trabalho. Já no caso analisado, o chamado *roço da juquira* é tido como uma espécie de *exploração do trabalho*.

O trabalho no roço de juquira é pesado demais. Só vou pra ele quando não tem mais jeito. Tento ganhar um dinheirinho por aqui mesmo, na cidade, mas quando a coisa aperta, vou pro roço. O pessoal fala que o trabalho lá é escravo; se é escravo, não sei, deve ser, porque é ruim demais. (depoimento de Antonio José Souza da Silva, 46 anos)

Mesmo não se autoidentificando como *escravos*, quando questionados acerca desta categoria, os trabalhadores acabaram afirmando que o tipo de exploração a que são submetidos “pode até ser comparada com *escravidão*”, mas mesmo assim não se intitulam *escravos*.

Durante as entrevistas, percebemos ainda que alguns trabalhadores se apropriaram de algumas categorias, como *explorados* ou *forçados*. Mas neste caso, estávamos falando principalmente com os trabalhadores que já haviam tomado consciência do problema (ou porque alguém falou para eles que aquele trabalho era irregular ou mesmo pelas más condições vividas por eles próprios).

Em outros casos, a atividade pode ser caracterizada como uma naturalização e as dívidas, percebidas como parte das obrigações recíprocas, embora desiguais, entre eles e seus credores. (ALMEIDA, 1988).

Apesar de os trabalhadores não se autoidentificarem como *escravos*, a necessidade de sobrevivência que o leva a realizar a atividade denominada por eles de *roço da juquira*, seguido da promessa do trabalho e da realidade encontrada nas fazendas, faz com que esses sujeitos passem a entender a dívida como uma espécie de *prisão*:

Não. A gente não é escravo, não. Mas se a gente for pensar direitinho, o cara começa a escravidão dele é em casa mesmo; na precisão. Mas nessas fazendas, eles chamam assim porque enganam. A gente chega lá e as coisas mudam; então o trabalhador fica com a dívida na cantina e eles dizem que é escravo. (...) Eu já vi muita coisa. O trabalhador trabalha; fica um mês e ganha uma mixaria. Se quiser dizer, pode até dizer que é escravo mesmo

porque fica preso naquela história de estar devendo. (Depoimento de Seu Afonso, 55 anos)

A questão do não-reconhecimento dos próprios trabalhadores como *escravos* também se estende aos familiares. A esposa de Afonso é um exemplo disso. Maria da Conceição Souza, 46 anos, classifica o trabalho como *duro* e afirma que o marido e os filhos só vão mesmo por causa da *precisão*.

Eu tenho muito dó dos meus filhos e do meu marido. Eles pegam sempre esse trabalho de roço em fazenda porque não tem outro jeito. Eu já morei em fazenda e vi de perto o sofrimento desses juqueiro²⁸. Depois vieram com essa história de trabalho escravo. Se é escravo, eu não sei, mas que é duro é demais. (depoimento de Maria da Conceição Souza, 46 anos, esposa de trabalhador resgatado pela DRT-MA)

No decorrer das entrevistas e no contato durante o período de um ano com esses trabalhadores, começo a perceber que, em vez de se considerar *escravos* de uma atividade específica, realizada em determinada fazenda, pode-se afirmar que esses trabalhadores se consideram *escravos da precisão*, isto é, eles se sentem 'vítimas' da falta de oportunidade de trabalho digno para conseguirem manter condições mínimas de sobrevivência de suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Jair. *A Economia Política do Babaçu – um estudo sobre da organização extrato-indústria do Babaçu no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1990.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Do Latifúndio Agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira. In COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia. (org.) *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UEPA/NAEA, Editora Gráfica Supercores, 1997.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; e Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

IBGE. *Censo Agropecuário de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In *Tempo Social*, Revista de Sociologia, USP. São Paulo, Vol 6, nº 1-2, 1994.

MAY, Peter. *Palmeiras em Chamas – Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do Babaçu*. Trad. Linda Maria P. Gondim. São Luís: EMAPA/FINEP, Fundação Ford, 1990.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.